

Da mídia impressa à audiovisual: o agendamento intermediático do escândalo da Petrobras no Jornal Nacional



Carla Montuori Fernandes

*Doutora e Pós-doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP
Docente do PPGCom em Comunicação
e Cultura das Mídias da UNIP
E-mail: carla_montuori@ig.com.br*

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir a transferência da agenda temática, da mídia impressa para a audiovisual, das reportagens que exibiram as acusações do escândalo político-midiático envolvendo a Petrobras. No intuito de analisar o processo de agendamento intermediático, o *Jornal Nacional* foi eleito objeto deste estudo, que pretende elencar a constante citação de reportagens veiculadas em jornais e revistas de circulação nacional, sobretudo nos episódios que envolveram novas denúncias do escândalo.

Palavras-chave: Agendamento, intermídia, escândalo político, telejornalismo.

De la mídia impresa a la audiovisual: la agenda intermediática del escándalo de la Petrobras en el Jornal Nacional

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir la transferencia de la agenda temática, de los medios de comunicación impresos para el audiovisual, de los reportajes que exhibiran las acusaciones del escándalo político y mediático que implica Petrobras. Con el fin de analizar el proceso de agendamento intermediático, el *Jornal Nacional* fue elegido como objeto de este estudio, cuyo objetivo es enumerar la cita constante de artículos publicados en periódicos y revistas nacionales, sobre todo en episodios que impliquen nuevas acusaciones del escándalo.

Palabras clave: Agenda setting, intermedia, escándalo político, periodismo televisivo.

From print to audiovisual media: the intermedia agenda of Jornal Nacional in the Petrobras scandal

Abstract: This paper aims to discuss the transfer of the thematic agenda, from print to the audiovisual media, of the news broadcasted on the political-midiatic scandal involving Petrobras. In order to analyze the intermedia agenda setting process, *Jornal Nacional* has been chosen as the object of this paper, which aims to list the constant quotation of broadcasted news in newspapers and magazines of national circulation, specially the episodes involving new accusations of the scandal.

Keywords: Agenda setting, intermedia, political scandal, telejournalism.

A maneira como indivíduos e grupos constroem e reconstróem novos significados no contexto de sua vida privada e coletiva advém de várias origens. Pode resultar da experiência pessoal, da cultura e/ou exposição a um meio de comunicação. No âmbito da comunicação mediada, relega-se à mídia o papel de influenciar, conforme denomina o modelo nomeado de *agenda setting*, ou teoria do agendamento, a formação da chamada agenda pública.

Na perspectiva teórica, o agendamento se efetiva quando os meios de comunicação, por meio da seleção, da disposição e da incidência das notícias, impõem um conjunto seletivo de temas, que passam a ganhar notoriedade pública. Entretanto, apesar de reconhecer a presença da chamada agenda pública, faz-se necessário refletir sobre o primeiro elemen-

to que incide na seleção temática e contribui para a formação da teoria do agendamento: a agenda da mídia. O modo como os jornalistas, editores, redatores e demais profissionais da imprensa organizam e selecionam diariamente as informações, atribuindo ênfase a determinados aspectos de uma cobertura e ignorando outros, auxilia na construção da chamada agenda temática da mídia.

Mobilizados pelos furos de reportagens sobre o escândalo, a mídia passou a reproduzir notícias mesmo diante da ausência de credibilidade das fontes



Ao reconhecer o poder que os meios de comunicação exercem sobre a agenda pública, os políticos e candidatos buscam pautar a agenda da mídia com o objetivo de inserir o maior número possível de aparições favoráveis, suas e de seu partido, em oposição ao que é favorável à base adversária. Para pautar a agenda das mídias, McCombs (2004) esclarece que os políticos utilizam suas fontes de notícias, ou investem em discursos, aparições públicas, viagens e, em épocas de campanha eleitoral, realizam comícios, passeadas, carreatas, entre outras ações para chamar a atenção da mídia.

No contexto da teoria valor-notícia, merecem destaque os escândalos políticos, nos quais a construção da agenda temática se orienta por denúncias de partidos das bases opositoras, fofocas da vida privada dos adversários políticos, esquemas de corrupção etc. Deve-se ressaltar que, na divulgação dos escândalos políticos midiáticos (Thompson, 2002), é comum a existência de uma aparente homogeneidade dos conteúdos exibidos, mesmo diante da disputa concorrencial que

os veículos midiáticos enfrentam por uma posição privilegiada junto ao público-alvo.

Para McCombs (2006), a transferência de agenda entre *media* competidores, conceituada por *intermedia agenda setting* ou agendamento intermediário, funciona como um mecanismo que serve para validar o sentido e a definição do que é ou não notícia. Diante de conteúdos reveladores sobre atores e/ou instituições políticas, o agendamento intermediário transcorre pautado no princípio de reprodução sistemática de denúncias, exibidas inicialmente sob a forma de “furo de reportagem”, por veículos que, na maior parte das circunstâncias, se apoiam em evidências fixadas em bens duráveis.

Como fornecedores de indícios, Thompson (2002) alerta que os meios de comunicação passam a ter um papel fundamental na consolidação dos escândalos políticos midiáticos, pelo emprego de meios técnicos de comunicação, como filmes fotográficos, papel, fitas eletromagnéticas etc. que permitem que as evidências não se restrinjam apenas a formas relativamente efêmeras e contentáveis de acusações.

Isso porque a evidência fixada em meios duráveis permite que o desenrolar do escândalo seja reproduzido em inúmeras ocasiões e por inúmeros veículos de comunicação, consolidando o processo que Thompson (2002) denominou de *mediatização ampliada*, no qual a evidência do escândalo circula de maneira rápida e abrangente, alimentando um processo que, apesar das tentativas de limitar o prejuízo de imagem para os indivíduos envolvidos, pode facilmente fugir do controle.

Em períodos eleitorais, a reputação dos líderes políticos merece atenção especial, já que os escândalos políticos funcionam como uma arma nas mãos de adversários, diante do prejuízo que causam na reputação do oponente (Thompson, 2002). Em 2014, ano de eleições presidenciais no Brasil, um escândalo político repercutiu fortemente na mídia: denúncias de desvios de verbas e transações ilícitas envolviam a Empresa Brasileira

de Petróleo (Petrobras). Entre os citados no escândalo, estavam executivos de alto escalão da empresa, políticos e partidos da base governista da presidente e candidata à reeleição Dilma Rousseff (PT).

O escândalo da Petrobras alcançou visibilidade midiática com a investigação de um esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado ilegalmente 10 bilhões de reais. Deflagrado em 17 de março de 2014, o esquema nomeado de Operação Lava Jato pela Polícia Federal, era chefiado por Paulo Roberto Costa, que atuou como diretor de Abastecimento e Rufino da Petrobras, de 2006 a 2012.

O esquema, segundo dados veiculados pela mídia, abarcava inúmeros atos de corrupção, como o desvio de recursos da estatal para intermediar negócios com fornecedores, por meio de recolhimento e pagamento de propina da ordem de milhões de reais e repasses de verbas à base aliada do governo e partidos políticos, sobretudo em períodos de campanhas eleitorais. A transação financeira era comandada pelo doleiro Alberto Youssef, acusado de organizar o esquema bilionário de lavagem de dinheiro, cuja função era gerenciar os recursos para que chegassem aos políticos de diversas legendas partidárias.

Entretanto, o escândalo político alcançou maior repercussão quando os áudios com conteúdo dos depoimentos de Youssef e Costa, dados à Polícia Federal e ao Ministério Público, após assinatura do acordo de delação premiada, vazaram na mídia impressa. Mobilizados em torno dos furos de reportagens sobre o escândalo, os meios de comunicação, sobretudo a televisão e a internet, passaram a reproduzir notícias veiculadas pela mídia impressa, mesmo que diante da ausência de credibilidade das fontes. Nesse sentido, merece destaque o *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, telejornal mais antigo da televisão brasileira, que completou 45 anos de existência no ano de 2014.

Desde a oficialização das denúncias até o fim do segundo turno da campanha presidencial, o *Jornal Nacional* exibiu 128 maté-

rias sobre o escândalo da Petrobras. Apoiado em reportagens extraoficiais, veiculadas inicialmente pela mídia impressa, acredita-se que o *Jornal Nacional* ajudou a fomentar o escândalo midiático no cenário político.

Com base na antiga relação do *Jornal Nacional* com o poder, este artigo tem como objetivo analisar a cobertura do escândalo da Petrobras por esse veículo, com o intuito de responder como ocorreu o agendamento intermediário das reportagens veiculadas no meio impresso para o telejornal. Como amostra, pretende-se estudar apenas as reportagens do JN que exibiram novas denúncias e vazamento de informações do escândalo político, por meio de evidências físicas fixadas em bens duráveis, desde o início da Operação Lava Jato, em 17 de março de 2014, até o fim do segundo turno da eleição presidencial, em 27 de outubro do mesmo ano. O referencial teórico do *intermedia agenda setting* será utilizado como suporte para a leitura das reportagens.

Dedicado ao estudo da agenda dos meios, McCombs (2004) retoma a metáfora da cebola para explicar a relação de competição entre a agenda da mídia e outras agendas para elaboração da pauta jornalística. Dividida em três partes, a camada mais externa, denominada “fontes de notícia”, é composta por organizações ou indivíduos vinculados ao campo político, entre os quais se destacam o Presidente da República, os partidos políticos, as lideranças partidárias e outras instituições ligadas ao governo.

A camada subsequente, nomeada de “outras mídias”, compreende a interação que ocorre entre as mídias na definição das notícias diárias. Conhecido como *intermedia agenda setting*, esse processo diz respeito à influência mútua entre os diversos meios de comunicação, do audiovisual ao impresso, na elaboração da pauta dos noticiários. Para McCombs e Reynolds (2009), o agendamento intermídia é um fenômeno em que se verificam as interações e influências de vários meios de massa uns sobre os outros.

Por fim, a camada “normas da notícia” está atrelada ao critério de noticiabilidade dos temas que serão veiculados, no qual a escolha dos jornalistas leva em consideração inúmeros aspectos, com destaque para matérias que envolvem acontecimentos em detrimento às condições que produzem os acontecimentos, conflitos em contraposição ao consenso, pessoas e não grupos, fatos que alimentam a notícia e não fatos que a explicam (Gitlin, 1980 apud Silva, 2005).

● Escândalo político-midiático

O escândalo político na democracia contemporânea está inegavelmente atrelado aos conceitos de transgressão e midiaticização. O ato de romper com normas protegidas legalmente ou com sistemas de valores e crenças de uma sociedade, alinhado à extensa veiculação dos acontecimentos públicos em esfera global, consolida o chamado escândalo político-midiático.

O escândalo político é definido por Jiménez Sánchez (2004) como “uma intensa reação social de indignação logo que existe um conhecimento público da ocorrência de certo comportamento levado a cabo por um ator desempenhando um cargo público investido com confiança social” (apud Rosa, 2011, p. 1167). Com a consolidação da imprensa e, posteriormente, com o surgimento dos veículos de comunicação de massa, os escândalos políticos assumiram uma nova configuração, já que passaram a ganhar facilmente os holofotes da mídia.

Enquanto fenômeno midiático, o escândalo transformou-se em uma espécie de “revelação através da mídia de atividades previamente ocultas e moralmente desonrosas, cuja revelação desencadeia uma sequência de ocorrências posteriores” (Thompson, 2002, p. 82). Ao se debruçar sobre essa temática, esse mesmo autor elucidou que as formas de aberturas de comunicação constituem o modo principal de propagação dos escândalos políticos, que possuem capaci-

dade de deslocar-se facilmente do universo local e nacional para acontecimentos com visibilidade global.

No intento de desenvolver uma concepção analítica do fenômeno, Thompson (2002) buscou elencar os principais fatores que transformam o escândalo político em evento midiático. O autor identifica que a política da confiança, a busca da legitimação do poder simbólico e a visibilidade aparecem como os três elementos que estão diretamente imbricados com o escândalo político-midiático.

A política de confiança está relacionada à crise de representatividade que os partidos e os líderes políticos enfrentam, sobretudo na representação dos interesses vinculados a distintas classes sociais. Desse cenário, emerge um eleitor pouco comprometido com afiliações políticas e que provavelmente toma decisões baseado nas opções oferecidas, contribuindo para a consolidação de um ambiente de disputa entre os adversários. Thompson (2002) esclarece que a constituição de um ambiente de competição acelera as rivalidades políticas e, na batalha contra o oponente, qualquer infortúnio que prejudique a imagem do ator político é celebrado, já que incide na perda de capital simbólico do adversário.

O escândalo político, tanto de ordem sexual como financeira, pode atuar no esvaziamento do capital simbólico de qualquer ator político. Esse capital vinculado à reputação e confiança, tal qual elucidou Bourdieu (1998, p. 188-9): “só pode ser conservado mediante o trabalho constante que é necessário não só para acumular o crédito como também para evitar o descrédito”.

Um ato de corrupção tem todos os ingredientes para se transformar em escândalo político-midiático, já que transgredir os valores morais ao violar regras e infringir convenções ou leis, mas, principalmente, pelo interesse dos veículos de comunicação na produção de bens simbólicos que possuam um caráter sensacionalista (Thompson, 2002).

No âmbito da visibilidade do escândalo político, a mídia ocupa papel central, uma vez que atua no sentido de denunciar, acompanhar cotidianamente o desenrolar dos eventos, além de buscar e reunir provas contra os acusados. Obtidas por meio de sofisticadas tecnologias de comunicação, as informações escandalosas são capturadas em evidências relativamente duráveis, como filme fotográfico, áudios de gravação e sistemas digitais de informação. Tais conteúdos conferem maior veracidade ao acontecimento e inviabilizam a capacidade de negar o ocorrido.

Além disso, a importância de uma evidência fixada em meios duráveis permite que o desenrolar do escândalo seja reproduzido em inúmeras ocasiões e por inúmeros veículos de comunicação, consolidando o processo que Thompson (2002) denominou

de midiaticização ampliada, no qual a evidência do escândalo circula de maneira rápida e abrangente, alimentando um processo que, apesar das tentativas de limitar o prejuízo de imagem para os indivíduos envolvidos, pode facilmente fugir do controle. Com a utilização dos aparatos tecnológicos, qualquer acontecimento pode facilmente ganhar visibilidade pública e repercutir na agenda dos meios de comunicação.

● **Análise da agenda do Jornal Nacional**

As denúncias de corrupção envolvendo a Petrobras fomentavam diariamente a agenda dos noticiários, sobretudo durante o período de campanha eleitoral. Nesse contexto, o *Jornal Nacional* veiculou 31 matérias em que ocorreram vazamentos e novas denúncias do escândalo, conforme aponta a tabela 1 abaixo.

Tabela 1- Reportagens do escândalo da Petrobras no *Jornal Nacional* (17 de mar. a 27 de out. 2014)

Data	Agenda de denúncias – Escândalo da Petrobras	Meio impresso
25/03	PF investiga se ex-diretor da Petrobras recebeu propina em contratos	<i>O Estado de S. Paulo</i>
26/03	Graça Foster descobre existência de comitê de proprietários de Pasadena	<i>O Globo</i>
27/03	Acordo de compra de refinaria desmente versão de Graça Foster	<i>Folha de S.Paulo</i>
29/03	Jornais fazem novas revelações sobre compra de refinaria pela Petrobras	<i>O Estado de S. Paulo</i>
31/03	Valor pago pela Petrobras na refinaria de Pasadena passa de US\$ 1,3 bi	<i>O Estado de S. Paulo</i>
01/04	Deputado admite que viajou em jatinho emprestado por doleiro preso	<i>Folha de S.Paulo</i>
01/04	JN revela relatórios que alertavam para riscos de compra da refinaria de Pasadena	<i>Jornal Nacional</i>
02/04	Advogado de Cerveró diz que conselho da Petrobras teve acesso a contrato antes de compra de refinaria	<i>Jornal Nacional</i>
03/04	Documento oficial usado como base para compra de refinaria é revelado	<i>Jornal Nacional</i>

Data	Agenda de denúncias – Escândalo da Petrobras	Meio impresso
05/04	Documentos indicam pagamento de propina à Petrobras, aponta revista	<i>Revista Época e Folha de S.Paulo</i>
05/04	Democratas e PSDB pedem CPI para investigar corrupção na Petrobras	<i>Revista Veja, Época e Folha de S.Paulo</i>
07/04	Doleiro Alberto Youssef intermedia doações para deputados e partidos	<i>Revista Época e Jornal Nacional</i>
07/04	Deputado que voou em jatinho pago por doleiro se licencia do mandato	<i>Jornal Nacional</i>
08/04	Ex-diretor da Petrobras admite ter recebido carro de Alberto Youssef	<i>Jornal Nacional</i>
12/04	Revista publica novas denúncias envolvendo ex-diretor da Petrobras, doleiro e construtora	<i>Revista Época</i>
14/04	Documento mostra quanto ex-diretor da Petrobras cobrava das empresas	<i>Fantástico</i>
17/04	Assessor do Ministro da Previdência pede demissão após denúncias	<i>Revista Veja</i>
22/04	Detalhes da compra de refinaria nos EUA mostram que Petrobras teve gastos desnecessários	<i>Folha de S.Paulo</i>
29/04	Justiça aceita mais uma denúncia contra ex-diretor da Petrobras	<i>Jornal Nacional</i>
02/08	Gravação revela que investigados na CPI da Petrobras podem ter ficado sabendo perguntas que seriam feitas	<i>Revista Veja</i>
04/08	CPI da Petrobras vai investigar denúncia de vazamento de perguntas	<i>Revista Veja</i>
20/08	Presidente e ex-diretor da Petrobras doaram imóveis após escândalo	<i>O Globo</i>
06/09	Ex-diretor da Petrobras citou políticos que teriam recebido propina, diz revista	<i>Revista Veja</i>
08/09	Presidente de CPI pede o depoimento completo de ex-diretor da Petrobras	<i>Revista Veja</i>
09/09	Oposição quer novo depoimento de Paulo Roberto Costa no Congresso	<i>Revista Veja, O Estado de S. Paulo</i>
12/09	Senado arquiva processo sobre vazamento na CPI da Petrobras	<i>Revista Veja</i>
15/09	Justiça autoriza que Paulo Roberto Costa preste depoimento à CPI	<i>Revista Veja</i>

Data	Agenda de denúncias – Escândalo da Petrobras	Meio impresso
17/09	Ex-diretor da Petrobras repete 18 vezes que não tinha nada a declarar	<i>Revista Veja</i>
18/09	Paulo Roberto Costa diz que recebeu R\$ 1,5 milhão em compra de refinaria	<i>Jornal Nacional</i>
22/09	Justiça nega acesso da CPI ao depoimento do ex-diretor da Petrobras	<i>Revista Veja e Folha de S.Paulo</i>
11/10	Paulo Roberto Costa revela detalhes de esquema de propina na Petrobras	<i>Folha de S.Paulo</i>

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos veículos *JN*, *Revista Veja*, *Folha de S.Paulo* e *Estado de S. Paulo* em 5. Mar. 2015.

A cobertura do escândalo pela mídia impressa repercutiu em 24 reportagens do telejornal, em detrimento de oito matérias em que o *JN* alegou que obteve acesso ao conteúdo exibido. As denúncias da revista *Veja* apareceram entre as mais citadas no noticiário, com menção em 11 matérias, ao lado do jornal *Folha de S.Paulo*, com oito aparições. As acusações do esquema de corrupção na Petrobras veiculadas nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* apareceram em três reportagens. Por fim, quatro reportagens citaram a revista *Época* e uma matéria foi citada na revista semanal eletrônica *Fantástico*.

No primeiro mês do escândalo, *Veja* foi mencionada, ao lado da revista *Época* e do jornal *Folha de S.Paulo*, na reportagem do dia 05/04, exibida com a chamada “Democratas e PSDB pedem CPI para investigar corrupção na Petrobras”, em que o líder do Partido democrata na Câmara, deputado Mendonça Filho (PE), afirmou que após as denúncias de um mega esquema de corrupção na Petrobras, com pagamento de propina para fornecedores, delatadas pelas mídias acima descritas, o partido iria pressionar as votações na Câmara, com o propósito de instalar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o caso.

Na reportagem do dia 17/04, intitulada “Assessor do Ministro da Previdência pede demissão após denúncias”, a revista *Veja* novamente é citada pelo telejornal como fonte

responsável por denunciar que José Wilde, assessor especial do Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, havia recebido propina no valor de R\$ 20 mil da empresa MO Consultoria, ligada ao doleiro Alberto Youssef, preso pela Polícia Federal.

Na sequência, a matéria com o título “Gravação revela que investigados na CPI da Petrobras podem ter ficado sabendo de perguntas que seriam feitas”, exibida pelo *Jornal Nacional*, em 02/08, apontava, com base em áudios que funcionaram como objeto de denúncia da revista *Veja*, que os investigados do esquema de corrupção da Petrobras, o ex-diretor da estatal, Nestor Cerveró e a Presidente Graça Foster, ouvidos em 21 de maio de 2014, na CPI do Senado, receberam as perguntas com antecedência e foram treinados para respondê-las. Ao veicular prioritariamente os dados da revista e a suposta gravação do chefe do escritório da Petrobras em Brasília alertando para o esquema, a reportagem do *JN* não conferiu a veracidade da fonte, retransmitindo na íntegra dados da revista que apontavam o governo e a liderança do PT no Senado como autores de uma fraude.

Ainda embasada em dados da *Veja*, a reportagem do telejornal veiculada no dia 04/08, com a chamada “CPI da Petrobras vai investigar denúncia de vazamento de perguntas”, reafirmou os depoimentos divulgados no dia 02/08, com a inserção da entrevista do relator da CPI da Petrobras, o senador Vital do

Rêgo (PMDB/PB), que anunciou a formação de comissão para investigar a denúncia publicada pelo periódico. Durante a matéria, foi concedido um espaço para que os candidatos à presidência comentassem as denúncias. O telejornal concedeu espaço para que o candidato Eduardo Campos (PSB) lançasse críticas diretas ao governo, fomentando o discurso de mudança, conforme aponta trecho da entrevista do ex-senador: “Só faz a população ficar mais descrente na política. Não dá mais para continuar desse jeito”.

Nota-se que o Jornal Nacional foi pautado algumas vezes por reportagens da revista Veja, corroborando a presença do agendamento intermediário



Na reportagem exibida no dia 06/09, sob o título “*Ex-diretor da Petrobras citou políticos que teriam recebido propina, diz revista*”, o *Jornal Nacional* reexibiu trechos do depoimento de Costa à Polícia Federal, em que o ex-diretor da Petrobras revelou um novo esquema de caixa paralelo para financiar partidos e citou o nome de políticos que teriam recebido propina.

O telejornal apontou que a reportagem publicada naquele mesmo dia pela revista *Veja*, veiculada supostamente com base no áudio do depoimento de Costa trouxe o que seriam os primeiros nomes citados pelos investigados, entre os quais se destacavam três governadores, um ministro e pelo menos 25 deputados federais e seis senadores, do PT, do PMDB e PP, partidos da base aliada do governo. A reportagem do *JN* mencionou que a revista *Veja* não publicou cópia do depoimento, apenas informações apuradas sem identificação das fontes. Entretanto, mesmo diante da

ausência de fontes extraoficiais, nota-se uma relação de intermedialidade dos meios, em que o *JN* foi pautado pela mídia impressa.

No dia 08/09, a *Veja* foi mencionada na reportagem “*PF investiga vazamento de depoimento de ex-diretor da Petrobras*”. A matéria apontava as investigações da Polícia Federal em torno dos vazamentos dos depoimentos e, na sequência, exibia novas denúncias publicadas pela revista, indicando o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, como o operador encarregado de fazer a ponte entre a Petrobras e as empreiteiras que contribuíam para um caixa paralelo de partidos e políticos governistas.

Entre os entrevistados, o discurso de Rubens Bueno (PPS/PR), líder do partido da oposição no Congresso, endossava a necessidade de investigar o esquema de corrupção para que a Petrobras não seguisse como alvo de um aparelhamento, acabando por favorecer partidos e parlamentares. Como voz dissonante, a matéria trazia apenas a entrevista do deputado Marco Maia (PT/RS), relator da CPMI, que indicava a necessidade de maior cautela nas acusações, por se tratar de denúncias importantes.

A matéria exibida em 09/09 pelo *JN*, com a chamada “*Oposição quer novo depoimento de Paulo Roberto Costa no Congresso*”, faz menção à reportagem exibida pela revista *Veja*, sobre o envolvimento de políticos da base aliada do governo, no esquema de corrupção da Petrobras, e indica que o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado, senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), não comentou as denúncias da revista *Veja* sobre as revelações que teriam sido feitas por Costa. Novamente, o *Jornal Nacional* reproduz na íntegra dados da *Veja* e trechos da reportagem do dia anterior.

Novas denúncias do esquema de corrupção da Petrobras surgiram na reportagem do *Jornal Nacional*, veiculada no dia 12/09, com a chamada “*Senado arquiva processo sobre vazamento na CPI da Petrobras*”. A matéria relatava que, após realizar sindicância, o Se-

nado resolveu arquivar o processo de vazamento da CPI da Petrobras, por não haver indício de garantias e informações privilegiadas, de documentos internos da comissão ou de resumos de questionamentos que seriam formulados aos depoentes, a então Presidente da Petrobras Graça Foster e ao ex-Diretor Nestor Ceveró.

A reportagem relembra que as informações partiram da revista *Veja* e concede espaço uniforme para o presidente da comissão da CPMI, Vital do Rêgo (PMDB), que apontou a ausência de irregularidades nos depoimentos, ao lado das críticas da oposição, veiculadas na voz de Rodrigo Maia (DEM/RJ), que se mostrou indignado com o resultado das investigações da CPI do Senado.

Na reportagem exibida pelo *JN* em 15/09, com o título “Justiça autoriza que Paulo Roberto Costa preste depoimento à CPI”, o apresentador do telejornal William Bonner apontou que a Justiça Federal no Paraná havia autorizado que o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, prestasse depoimento à CPI na quarta-feira, dia 17/09, em Brasília. Segundo informava o *JN*, a autorização foi concedida após as denúncias exibidas pela *Veja* sobre um esquema de pagamento de propina e de caixa paralelo para financiar partidos aliados do governo. Nota-se que o *Jornal Nacional* novamente foi pautado pela reportagem da revista *Veja*, corroborando a presença do agendamento intermediático.

Na matéria intitulada “*Ex-diretor da Petrobras repete 18 vezes que não tinha nada a declarar*”, veiculada no dia 17/09, o *JN* apontou que o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, preso na Operação Lava Jato da Polícia Federal, repetiu 18 vezes que não tinha nada a declarar no depoimento dado à CPMI. A reportagem retomou novamente o depoimento concedido por Costa à Polícia Federal e ao Ministério Público, publicado pela revista *Veja*, em que ele indicava a participação de três governadores, um ministro e pelo menos 25 deputados federais e seis senadores, parlamentares do PT, PMDB e PP,

partidos da base aliada do governo em um esquema de desvio de dinheiro da Petrobras.

Na última menção às denúncias da *Veja*, veiculadas durante o período analisado, o jornal *Folha de S.Paulo* também funcionou como agenda temática para o *Jornal Nacional*. A reportagem veiculada em 22/09, com a chamada “Justiça nega acesso da CPI ao depoimento do ex-diretor da Petrobras”, apontava que o juiz responsável pelas ações da operação Lava Jato, Sérgio Moro, havia negado o pedido de compartilhamento das informações da delação premiada prestada pelo ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, ao Ministério Público Federal, realizado pela CPMI da Petrobras à Controladoria-Geral da União.

O *Jornal Nacional* reexibiu uma matéria com denúncias baseadas em trechos do depoimento de Costa veiculados nas reportagens da revista *Veja* e do jornal *Folha de S.Paulo*, em que Costa ligou dois ex-diretores da Petrobras ao esquema de corrupção. Entre as acusações, veiculadas pela revista e pelo jornal durante aquele final de semana, segundo relatou o *JN*, Paulo Roberto afirmou ter conhecimento de irregularidades na diretoria de Serviços de Engenharia, que foi ocupada por Renato Duque, ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), e que fora indicado ao cargo pelo ex-ministro José Dirceu, condenado no Mensalão do PT.

No agendamento intermediário das denúncias do escândalo da Petrobras, o jornal *Folha de S.Paulo* esteve na pauta de oito reportagens do *JN*. A primeira menção à mídia impressa ocorreu no dia 27/03, com a reportagem “Acordo de compra de refinaria desmente versão de Graça Foster”. Durante a narrativa jornalística, o noticiário apontou que o comitê de proprietários, que a presidente da Petrobras Graça Foster dizia desconhecer, estava previsto em um dos primeiros artigos do documento de 23 páginas, divulgado naquele mesmo dia pelo jornal *Folha de S.Paulo*. Ao reproduzir as acusações da mídia impressa, o telejornal indicava que na quinta

folha do documento estava o artigo que tratava da criação do comitê de proprietários, formado por um integrante de cada empresa. Segundo a versão da mídia impressa, reproduzida pelo JN, as decisões estratégicas sobre a refinaria nos Estados Unidos deveriam ser tomadas pelo conselho de diretores.

Novas denúncias de esquemas de corrupção envolvendo a Petrobras que trouxeram referência aos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* aparecem na reportagem do dia 29/03, exibida com a chamada “Jornais fazem novas revelações sobre compra de refinaria pela Petrobras”. A matéria do *Jornal Nacional* reproduzia e-mails e documentos obtidos pela *Folha de S.Paulo* em que havia trechos dos desentendimentos entre a Petrobras e os diretores da empresa Astra – ex-sócia da Petrobras na refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos – ocorridos em função do exorbitante preço oferecido pela estatal brasileira para a compra de parte da refinaria americana.

Na linha das evidências fixadas em meios duráveis, o JN reproduziu, no dia 01/04, na matéria “Deputado admite que viajou em jatinho emprestado por doleiro preso”, trechos de uma mensagem de texto, publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, nos quais o deputado André Vargas (PT) solicitava ao doleiro Youseff o empréstimo de seu avião para viajar de férias. A mensagem supostamente envolvia o deputado do Partido dos Trabalhadores (PT) no esquema de lavagem de dinheiro orquestrado por Youseff.

Outra reportagem do *Jornal Nacional* em que prevaleceram informações já veiculadas pela mídia impressa baseava-se na revista *Época*, precursora das denúncias, ao lado de detalhes da transação publicados pelo jornal *Folha de S.Paulo*. Como a chamada “Documentos indicam pagamento de propina à Petrobras, aponta revista”, exibida em 05/04, o telejornal relatou que a revista *Época* obteve cópias de uma planilha, assim como laudos realizados pela polícia, que revelavam como se efetuava o pagamento de propina na estatal, na Operação Lava Jato. Durante a re-

portagem, o JN também reapresentou documentos exibidos pelo jornal *Folha de S.Paulo* que mostravam detalhes da operação que mobilizou R\$ 34,7 milhões, depositados por nove fornecedores da Petrobras na conta da empresa MO Consultoria, de Youseff.

No dia 22/04, novo agendamento intermediário sobre o escândalo da Petrobras foi veiculado pelo *Jornal Nacional* na matéria “Detalhes da compra de refinaria nos EUA mostram que Petrobras teve gastos desnecessários”. A reportagem, baseada em documentos divulgados pelo jornal *Folha de S.Paulo*, reexibia detalhes do processo de compra e venda da refinaria de Pasadena e apontava que em 2007, antes da disputa judicial com a Petrobras, o grupo belga Astra quis comprar de volta metade da refinaria que tinha sido vendida dois anos antes. A reportagem do JN reafirmava, com base em dados da mídia impressa, que as decisões tomadas pela Petrobras levaram a empresa a gastos desnecessários.

No dia 11/10, o jornal *Folha de S.Paulo* foi novamente citado na agenda do *Jornal Nacional*. A reportagem, veiculada com a chamada “Paulo Roberto Costa revela detalhes de esquema de propina na Petrobras”, reapresentou revelações publicadas pelo jornal impresso, na qual o ex-diretor indicou que existia um cartel na Petrobras, formado em 2006, durante o governo do ex-presidente Lula, além de confirmar que havia trabalhado na campanha do candidato do PT, Lindberg Farias (PT/RJ).

Já o jornal *O Estado de S. Paulo*, agendado em três reportagens do *Jornal Nacional*, foi a mídia precursora das denúncias exibidas sobre o escândalo da Petrobras no telejornal. A reportagem do dia 25/03, com a chamada “PF investiga se ex-diretor da Petrobras recebeu propina em contratos”, apontava trechos de uma conversa telefônica, gravada com autorização da justiça, em que o doleiro Youseff citava o nome do ex-diretor da petrolífera, Paulo Roberto Costa, entre as pessoas que receberam dinheiro no esquema.


Novas acusações exibidas no jornal *O Estado de S. Paulo* entraram na agenda do *Jornal Nacional*. Na reportagem do dia 31/03, intitulada “Valor pago pela Petrobras na refinaria de Pasadena passa de US\$ 1,3 bi”, o *JN* divulgou um memorando que a Astra Oil, então sócia da Petrobras na refinaria, mandou para a Receita Federal dos Estados Unidos, em que a empresa brasileira se comprometia em um acordo de US\$ 85 milhões, quando a receita da Astra Oil ficasse abaixo de um determinado valor. O *Jornal Nacional* exibiu todos os detalhes do memorando publicado anteriormente no jornal *O Estado de S. Paulo*.

O jornal *O Globo* serviu como agenda para três reportagens do *Jornal Nacional*. A reportagem publicada em 26/03, com a chamada “Graça Foster descobre existência de comitê de proprietários de Pasadena”, exibida pelo telejornal, citava trechos da entrevista concedida ao jornal *O Globo*, em que a então Presidente da Petrobras, Foster, alegou desconhecer a existência do comitê de proprietários de Pasadena, no qual o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, era representante.

De maneira semelhante, a matéria veiculada em 20/08, com a chamada “Presidente e ex-diretor da Petrobras doaram imóveis após escândalo”, apontava, segundo informações do jornal *O Globo*, que os citados no escândalo da Petrobras, Graça Foster e Nestor Cerveró, efetuaram movimentação de parte do patrimônio, doando imóveis a familiares próximos há um dia antes de a presidente Rousseff (PT) dizer que apoiou a compra da refinaria de Pasadena, quando era presidente do Conselho de Administração da Petrobras, por causa de um “parecer falho” elaborado por Cerveró.

Já a revista *Época* serviu como agenda de quatro denúncias veiculadas pelo *Jornal Nacional* no dia 07/04. A matéria veiculada com o título “Doleiro Alberto Youssef intermedia doações para deputados e partidos” apontava os documentos oriundos de trocas de e-mails, publicados pela revista *Época*, em que

constavam as doações realizadas para diretórios do PP e do PMDB nas eleições de 2010. Por fim, no dia 12/04, o *Jornal Nacional* exibiu a reportagem “Revista publica novas denúncias envolvendo ex-diretor da Petrobras, doleiro e construtora”, em que denúncias publicadas pela *Época* revelavam novas ligações entre o ex-diretor de abastecimento da Petrobras Costa, o doleiro Youssef e a construtora Delta, acusados de operar um esquema de pagamento de propina.



O JN priorizou a agenda dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e das revistas Veja e *Época*, em contraposição à busca por evidências

Considerações finais

O agendamento intermediário envolve o processo por meio do qual os meios de comunicação selecionam as informações que o público deve conhecer pela ação conciliada, em que uma mídia reproduz a agenda da outra. Para construir a narrativa dos acontecimentos em um escândalo político e conferir maior legitimidade à cobertura, a mídia investe na busca desenfreada por evidências físicas apresentadas na forma de áudios, mensagens de e-mail, vazamentos de informações e entrevistas.

O escândalo político-midiático ocorrido em torno de transações ilícitas da Petrobras carregou tal propósito. A constante publicação de documentos vazados na imprensa conferiu a tônica da cobertura jornalística do escândalo, sobretudo durante o período eleitoral. A mídia impressa foi precursora na divulgação de cada nova denúncia, com exibição de reportagens de teor extraoficial, que

aparentemente possuíam dados inéditos dos depoimentos do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef. Para garantir maior visibilidade ao escândalo, outros meios de comunicação, com destaque para o *Jornal Nacional*, investiram na reprodução da agenda temática de denúncias.

A partir dos dados analisados, verificou-se a ocorrência de agendamento intermi-

diático entre a mídia impressa e o *Jornal Nacional*. Ao veicular novas denúncias do escândalo, o *JN* priorizou a agenda dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e das revistas *Veja* e *Época*, em contraposição à busca por evidências físicas efetuadas pela equipe de jornalismo da emissora.

(artigo recebido mar.2015/aprovado mai.2015)

Referências

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

McCOMBS, M. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2004.

McCOMBS, M. **Estableciendo la agenda**. El impacto de los medios en la opinión pública y en el conocimiento. Barcelona: Paidós Ibérica, 2006.

McCOMBS, M.; REYNOLDS, A. How the news shapes our civic agenda. In: BRYANT, J.; OLIVER, M. B. (Orgs.). **Media effects: advances in theory and research**. New York: Routledge, 2009.

ROSA, A. M. **O conceito de escândalo**: entre a realidade midiática e a realidade antropológica. In: SOPCOM – Congresso da Associação Portuguesa de Ciência da Comunicação, 2001, Porto. Anais do VII Congresso SOPCOM. Porto: SOPCOM, 2011.

SILVA, P. S. **Agenda setting e a eleição presidencial de 2002 no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

THOMPSON, J. B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.